



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA  
DIRETÓRIO ACADÊMICO DE BIBLIOTECONOMIA  
**XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da  
Informação e Gestão da informação**  
Os novos campos da profissão da informação na contemporaneidade  
16 a 22 de janeiro de 2011

## O BIBLIOTECÁRIO JURÍDICO NA CONTEMPORANEIDADE<sup>1</sup>

Rodrigo Oliveira de Paiva\*  
Suelem Gadelha Pother\*

### RESUMO

Bibliotecário jurídico é o profissional que proporciona o acesso rápido e seguro a informação jurídica. O presente trabalho apresenta como objetivo geral analisar o perfil do bibliotecário no cenário da informação jurídica, seu papel de mediador nessa área, que tem obtido grande crescimento e cada vez mais importância. Como objetivos específicos buscam-se estudar os conceitos de informação jurídica e de bibliotecário na sociedade contemporânea. A metodologia utilizada compreende em revisão de literatura na área da ciência da informação, em particular da informação jurídica. O material bibliográfico terá embasamento teórico, através de livros, artigos de periódicos e em meios eletrônicos. Como subsídios teóricos são utilizados fundamentos de Atienza, Barros e Passos, sem dispensar as ideias de outros autores que apresentam trabalhos concentrados nesta área de estudo. Como resultados e conclusões, a pesquisa demonstra que o perfil do bibliotecário especializado neste setor sofreu diversas mudanças devido às constantes entradas de novas ferramentas e necessidades em seus locais de trabalho, principalmente na última década, com esse fato cresceu constantemente o número de profissionais que estão atualizando-se e ganhando novas características indispensáveis para as suas formações.

Palavras-chave: Bibliotecário jurídico. Informação jurídica. Características. Contemporaneidade.

<sup>1</sup>Trabalho científico de comunicação oral apresentado ao GT 2 – Mercado de Trabalho e organização social e política do profissional da informação.

\*Universidade Federal do Pará (UFPA). Discentes de Biblioteconomia. E-mails: [r\\_o\\_paiva122@hotmail.com](mailto:r_o_paiva122@hotmail.com) ; [suelem\\_pother@hotmail.com](mailto:suelem_pother@hotmail.com).

## 1 INTRODUÇÃO

O Direito é uma área do conhecimento em constante crescimento, já que está sempre em processo de atualização, os profissionais deste setor são muito exigentes, e almejam um serviço de auxílio com qualidade para as suas pesquisas em bibliotecas com uma eficiente prestação de serviços no que tange a organização do acervo em jurisprudência, legislação e doutrina.

É observada a grande quantidade de informações emanadas de órgãos jurídicos para a utilização da sociedade, e o bibliotecário especializado nesta área ganha relevância no gerenciamento dessas informações e, por conseguinte o do papel de agente disponibilizador delas para os seus respectivos usuários.

No que tange às perspectivas teóricas para o desenvolvimento do presente trabalho são utilizados como argumentos científicos os dos teóricos Barros e Passos, que auxiliam na compreensão das idéias ligadas a conceituação de bibliotecário jurídico. Entretanto, outras opiniões também foram utilizadas para fundamentar o presente estudo, tais como as de, Atienza (1979), Baptista (2007), Loureiro (2005), Silva (2005) entre outros.

Para o desenvolvimento dessa pesquisa delinear-se os seguintes objetivos. Como objetivo geral, analisar o perfil do bibliotecário no cenário da informação jurídica, seu papel de mediador nessa área, que tem obtido grande crescimento e cada vez mais importância. Como objetivos específicos buscam-se estudar os conceitos de informação jurídica e de bibliotecário na sociedade contemporânea.

Esta pesquisa é de natureza teórico-exploratória e para a sua produção foi realizado um levantamento bibliográfico objetivando levantar informações relevantes para a fundamentação teórica do presente estudo.

Por fim, a ideia de trabalhar este assunto surge de um interesse particular em desenvolver uma pesquisa sobre o perfil dos integrantes de um dos grupos onde é encontrado o maior número de profissionais da informação e, também, tendo em vista que apesar deste fato a produção bibliográfica sobre esta temática ainda é bastante limitada, por meio disso almeja-se que o uso das informações presentes nesta pesquisa sejam um acréscimo positivo para os estudos desta área.

## 2 INFORMAÇÃO JURÍDICA

A palavra informação é de significado complexo, muitos conceitos são atribuídos a este substantivo. Dentre eles é destacado o de Le Coadic (2004, p. 4) que o define como: “[...] um conhecimento inscrito (registrado) em forma (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte.”

É difícil conceituar esta palavra quando ela é utilizada de forma isolada, adquirir expressão quando esta é acompanhada por um adjetivo, como por exemplo, a informação jurídica.

O termo informação jurídica é constantemente mencionado na literatura especializada devido a sua relevância na sociedade contemporânea.

Passos (1994, p. 363) define informação jurídica como:

Toda unidade do conhecimento humano que tem a finalidade de embasar manifestações do pensamento daqueles que lidam com a matéria jurídica, quando procuram estudar ou regulamentar situações, relações e comportamentos humanos, ou ainda quando interpretam e aplicam dispositivos legais.

A informação jurídica apresenta tipologias encontradas em três níveis diferentes: Doutrina, Legislação e Jurisprudência.

Doutrina, conjunto de opiniões, estudos e pareceres jurídicos elaborados por especialistas em Direito; Legislação, conjunto de leis e atos normativos emanados de autoridades competentes; Jurisprudência, conjunto de decisões judiciais dos tribunais sobre casos semelhantes.

Martinho (2006, p. 91) caracteriza a informação jurídica a partir dos seguintes itens:

Grandes volumes de informação e rapidez da sua desatualização, face a um constante crescimento e criação de novas fontes (novas leis, novas áreas do Direito, constante produção de doutrinas);  
Grande diversidade de fontes de informação;  
Proliferação de suportes de informação (bases de dados, CD-ROMs, WWW);  
Interação com outras áreas do conhecimento (filosofia, sociologia, economia, história, informática, política, etc.);  
Público-alvo exigente e diversificado (pluralidade de finalidades da informação pretendida);  
Necessidade de grande rigor e precisão da sua conservação no documento jurídico, qualquer que seja o seu suporte;  
Necessidade de grande rapidez e rigor na sua transmissão, de modo a assegurar a sua correta utilização e aplicação, de acordo com as últimas alterações ocorridas e a garantir a fiabilidade da mensagem transmitida.

### 3 O BIBLIOTECÁRIO

Bibliotecário é o profissional que trabalha na área do estudo, pesquisa, registro bibliográfico, organização e transferência informacional de documentos convencionais e não convencionais.

As suas funções abrangem os setores de processamento, gerenciamento e disseminação de informações nos mais variados tipos de suportes. O produto de trabalho da profissão é a informação, muito importante na contemporaneidade.

Considerando o momento em que vivemos com a co-existência da informação impressa e digital, da biblioteca física e eletrônica, destacamos também a mudança no papel e perfil do Bibliotecário em sua função de gerenciador da informação. Assim, sua imagem que sempre esteve vinculada a biblioteca tradicional, servindo a sociedade apenas para adquirir, organizar e preservar coleções e atuando como “guardiões da memória documental”, sem perspectivas profissionais e sem reconhecimento pela sociedade começa a mudar (BENÍCIO; SILVA, 2005, p.5).

Segundo Barbosa (1998) o bibliotecário contemporâneo deve apresentar como competências profissionais e pessoais as seguintes características: Conhecer o contexto dos recursos informacionais; conhecer o negócio de sua organização ou cliente; desenvolver e gerenciar serviços de informação eficazes e eficientes (...) alinhados à direção estratégica da organização; oferecer apoio e treinamento de excelência para os usuários; avaliar necessidades de informação; projetar e comercializar serviços e produtos de alto valor agregado; utilizar a TI apropriada para adquirir, organizar e disseminar a informação; utilizar abordagens gerenciais apropriadas para comunicar a importância dos serviços de informação para a alta administração; desenvolver produtos de informação especializados (bases de dados, *home pages*, texto integral etc.) para uso interno ou externo à organização; avaliar e conduzir estudos na solução de problemas do uso da informação; aprimorar continuamente os serviços de informação; ser um membro integrante da equipe gerencial e um consultor da organização em assuntos relativos à informação.

O profissional bibliotecário pode absorver diversas características diferentes nos locais de trabalho em que ele atua e, também, devido aos serviços prestados aos usuários que utilizam as informações por ele gerenciadas.

O processo de especialização dos bibliotecários é comentado por Baptista (2007, p.13):

A formação do bibliotecário reflete essa necessidade de especialização. No início do século XX, o currículo dos cursos de graduação, sob influência francesa, tinha caráter humanista. Na década de 60, sob influência americana, passou a oferecer uma formação técnica. Na década de 70, surgiram os primeiros cursos de pós-graduação e as revistas especializadas. Castro (2000) mostra que a necessidade de erudição (ou generalista) é abandonada pela especialização. Nos dias de hoje, a formação ideal para o bibliotecário seria a combinação da visão francesa (humanista) com a visão americana (técnica), mais o conhecimento acerca dos novos recursos tecnológicos.

Ainda segundo Baptista (2007, p. 13):

Não se pode esquecer que a Biblioteconomia é uma ciência social aplicada e o bibliotecário necessita também de conhecimento acerca de sua área de atuação. Todavia no Brasil, existem poucos cursos de especialização para bibliotecários e nenhum na área da Biblioteconomia Jurídica. Sendo assim, os bibliotecários neófitos “especializam-se” em função das atividades que exercem. Então, por exemplo, tornam-se bibliotecários médicos se passam a atuar em bibliotecas especializadas em medicina, ou bibliotecários jurídicos se passam a prestar serviços em bibliotecas jurídicas, porque aprendem no trabalho diário as noções básicas do Direito e seu vocabulário próprio; o mesmo acontece com os bibliotecários que lidam com a informação médica e assim por diante. Alguns profissionais sentem a necessidade de conhecimentos mais profundos da área que atuam ou de educação formal e buscam a dupla formação voltando então à universidade para graduar-se em Direito ou Medicina, conforme o exemplo dado.

Muitos bibliotecários especializam-se, como por exemplo, na área jurídica que apresenta características próprias.

O Bibliotecário jurídico é o profissional que facilita o acesso à informação jurídica de forma ágil e eficiente. As competências do Bibliotecário jurídico variam de acordo com o local que trabalha (universidade, bibliotecas governamentais, escritórios de advocacia) ou mesmo em relação a sua especialização (Bibliotecário de referência, indexador, no desenvolvimento da coleção). Em instituições menores onde há um ou dois profissionais contratados, o Bibliotecário precisa, muitas vezes, ser o administrador, catalogador e o pesquisador (PASSOS, 2005).

Passos (2005) também esclarece que o “seu campo de atuação pode ser bibliotecas jurídicas, universitárias, bibliotecas de órgãos governamentais e bibliotecas de escritórios de advocacia.”

Silva (2005, p.24) ao comentar sobre a atuação do bibliotecário jurídico diz que:

[...] o bibliotecário necessita estar atento à sua área de atuação, buscando sempre novos conhecimentos que agreguem valor ao exercício de suas competências através de uma educação continuada no exercício de sua profissão, devendo saber onde encontrar informações jurídicas que atendam às necessidades dos usuários da unidade de informação onde trabalha e definindo os mecanismos de busca mais adequados e atualizados, seja na área médica, da agricultura ou qualquer que seja o seu campo de trabalho.

“A eficiência do bibliotecário de documentação jurídica depende de seus conhecimentos do mecanismo legal do país (...), para isto, ele terá não só de conhecer e saber manusear as fontes constantes da bibliografia da legislação e jurisprudência.” (ATIENZA 1979, p.2).

Rezende (2003, p.19) diz que: “O apoio do profissional da informação será no sentido de direcionar o operador do direito, retirar dos ombros do mesmo o trabalho prévio da consulta para composição da sua defesa.”

Loureiro (2005) comenta que:

Para contextualizar a informação-objeto de seu trabalho, o bibliotecário necessita buscar o conhecimento jurídico, que pode ser adquirido pela educação formal ou não. A compreensão do sistema jurídico nacional, construído sobre os pilares do Estado Democrático de Direito, é condição sem a qual o bibliotecário não consegue dimensionar o alcance dos institutos jurídicos para coordenar os seus conceitos e aplicação. É esse conhecimento que vai instrumentá-lo para definir as estratégias de busca da informação e, com a previsível precisão dos resultados obtidos, garantir a credibilidade de sua relação com o usuário.

Hoje o espaço de trabalho dos bibliotecários jurídicos ampliou-se, mas ainda é possível notar uma grande quantidade de profissionais desempenhando funções em bibliotecas com acervo especializado em Direito.

Barité e Guimarães (1999, p. 77-78), classificam a biblioteca jurídica em quatro tipos:

Bibliotecas jurídicas gerais, que agregam documentos de qualquer tipo, fonte e procedência referentes a direito;  
Bibliotecas jurídicas especializadas por fontes do direito, como o caso de uma biblioteca que concentra somente documentos de legislação;  
Bibliotecas mistas, onde a especialidade jurídica é compartilhada com outras disciplinas, como administração, economia, sociologia etc;  
Bibliotecas especializadas em outros domínios temáticos, onde os documentos de direito, ainda assim, tem um peso significativo na coleção.

### **3.1 O bibliotecário jurídico na contemporaneidade**

É possível observar na atualidade que, a partir do advento de ferramentas de trabalho utilizadas pelo bibliotecário jurídico, como por exemplo, a internet, um novo perfil também surgiu. De acordo com Podboy (2000 *apud* PASSOS, 2005) existem algumas características moldadoras da imagem do bibliotecário jurídico na contemporaneidade, com elas é esperado que ele seja:

Onipresente - O bibliotecário jurídico tem de ser ubíquo, estar disponível em todos os lugares ao mesmo tempo, 24 horas por dia, sete dias por semana. Isso não significa estar disponível pessoalmente, mas os instrumentos que criamos precisam estar sempre disponíveis (catálogos de bibliotecas, sites na Internet). A biblioteca jurídica moderna não pode estar confinada no tempo e no espaço. Mas também não significa minimizar o valor da coleção impressa. Ao contrário, significa expandi-la. O bibliotecário moderno precisa sentir-se confortável nos dois mundos;

Inovador - Os bibliotecários precisam olhar a tecnologia disponível hoje e determinar como será usada no futuro. Inovação significa olhar de maneira diferente algo que existe.

Os bibliotecários fizeram isso quando melhoram seus catálogos e redes;

Tradicional / moderno - Os bibliotecários jurídicos devem conhecer o novo e o velho. Usamos uma variedade de recursos e eliminamos os recursos desnecessários. Nós somos o yin e o yang da informação;

Camaleão - A princípio pode não parecer um elogio. O profissional moderno precisa ser inconstante, no sentido de mudar e mudar rápido. Os bibliotecários não podem ficar paralisados pela perfeição. Devem assumir os riscos e os erros.

Considerando o momento atual é observado que o bibliotecário jurídico está ganhando mais destaque e importância, ele destaca-se pelos seus serviços prestados.

Vale salientar que na última década houve uma grande explosão de informações, essa situação possibilitou uma maior relevância do trabalho deste profissional e, por conseguinte, uma nova caracterização de seu perfil.

Barros e Passos (2009) mencionam que o bibliotecário jurídico contemporâneo é acompanhado por novas necessidades de estarem atentos à internet, ao conhecimento de idiomas, a educação continuada e aos eventos científicos.

### **3.2 O bibliotecário jurídico e a internet**

O advento da internet trouxe inúmeras mudanças nas atribuições do profissional da informação, hoje é notório afirmamos que o oferecimento de produtos como bases de dados, sites e notícias da área jurídica podem ser facilmente acessados na *Web*. Deste modo o

papel deste profissional será o de produzir, orientar e pesquisar informações para quem as necessita.


Na contemporaneidade, existe uma expressiva revolução no processo de organização informacional. Assemelha-se com o período de transição dos manuscritos para a imprensa com tipos móveis, atualmente com a mudança do suporte físico do papel para o suporte eletrônico.

No que tange aos suportes de informação na atualidade tem-sê a internet, disponibilizando os diversos serviços e produtos, possibilitando o acesso a uma enorme diversidade, por exemplo, de base de dados e, também, aos acervos de várias instituições e bibliotecas, de maneira rápida e eficiente.

A digitalização afeta a forma de trabalho e a maneira de agir de juízes, servidores, MP, e advogados. A documentação e a comunicação pelos autos físicos (em papel) passam a ter uma função secundária, pois o ambiente eletrônico toma lugar de destaque. Partes e advogados podem, via internet, de qualquer lugar do país e até do exterior, e a qualquer hora ou dia, ter dados da sua causa (OLIVEIRA 2009, p. 19).

Outros exemplos de relações existentes entre a revolução da internet e o bibliotecário jurídico são os grupos de discussões e sites especializados, ressaltando neste momento em âmbito nacional o *Infolegis- Bibliotecários jurídicos reunidos*, (Imagem 1), desenvolvido pela bibliotecária da Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal Edilenice Passos, este disponibiliza para bibliotecários um diversificado conteúdo sobre informação jurídica, como artigos de periódicos, legislação, informações sobre o trabalho do bibliotecário jurídico e, inclusive, um *link* para a lista de discussão gerenciada por esta profissional, através de *chat*. É de grande relevância para o bibliotecário atuante na área do direito.



 Pesquisa Jurídica no Brasil	
<b><a href="#">Bibliotecário - Legislação Profissional</a></b> Conheça a legislação que rege a profissão de bibliotecário no Brasil	<b><a href="#">Legislação Estrangeira Pais</a></b> Conheça os melhores sites para acessar gratuitamente a legislação de países selecionados
<b>Informação Jurídica</b> <b><a href="#">Artigos na íntegra</a></b>	<b><a href="#">Legislação Estrangeira Assuntos</a></b> Conheça os melhores links para acessar legislação estrangeira e internacional por determinados assuntos
<b>Softwares jurídicos</b>	<b><a href="#">Manual de Pesquisa Jurídica</a></b> Conheça os manuais que ensinam sobre o sistema jurídico de países selecionados e as melhores fontes de informação
<b><a href="#">Informação Jurídica - Bibliografia</a></b> Lista de referências bibliográficas de livros, artigos de periódicos, trabalhos apresentados em congressos, teses, dissertações e monografias sobre informação jurídica.	<b>Periódicos jurídicos</b>
<b><a href="#">Eventos</a></b> Lista dos eventos nacionais e estrangeiros na área da Biblioteconomia Jurídica	<b><a href="#">Links</a></b> Lista de URLs de associações de classes, sindicatos, grupos jurídicos, bibliotecas jurídicas, periódicos nacionais e estrangeiros na área da Biblioteconomia Jurídica
<b><a href="#">Tesouros jurídicos</a></b> Lista de tesouros jurídicos nacionais e estrangeiros	<b><a href="#">Competências do bibliotecário jurídico</a></b> Tradução do documento produzido pela American Association of Law Libraries

[Participe da Lista de Discussão: Infolegis - Bibliotecários Jurídicos Reunidos](#)

Imagem 1: Infolegis.  
 Fonte: Infolegis (2010).

Outro produto oriundo da *web* e de grande valia para o trabalho do bibliotecário jurídico são as bases de dados, que segundo Lopes (1991, p. 217-218) “são aquelas que fazem uso dos modelos de telecomunicações para fornecer aos usuários acesso, recuperação e disseminação de seus dados armazenados.”

Os sistemas de informação são gerenciadores de bases de dados e um dos mais importantes na área do direito nacional é o Sistema de Informações do Congresso Nacional (SICON), iniciada em 1972, integra dezenas de bases de dados e trazem informações sobre legislação doutrina e jurisprudência, além de outros documentos importantes.

### 3.3 O bibliotecário jurídico e o conhecimento de idiomas

No atual contexto globalizado torna-se relevante o conhecimento de mais de um idioma, fato este evidenciado no trabalho do bibliotecário jurídico por tratar não somente de informações de origem nacional, mas em muitas situações, também, em outras línguas, principalmente em inglês, francês e espanhol.

### 3.4 O bibliotecário jurídico e a educação continuada

Podemos verificar que atualmente os serviços dos bibliotecários estão sendo muito solicitados por órgãos necessitando de auxílio para gerenciar as informações jurídicas. Vivemos em uma realidade no qual os novos profissionais, que a cada ano chegam ao mercado de trabalho, pouco sabem ou mesmo desconhecem das práticas bibliotecárias nesta área. Fato este explicado pela formação genérica da graduação em Biblioteconomia.

Para poder atuar neste setor é necessário que ele adquira conhecimentos de sua área de atuação, seja por meio de cursos, pós-graduação ou mesmo em um aprendizado diário em suas funções.

Barros (2008, p.37-38) constatou que:

Apenas a Universidade Federal do Pará possui uma disciplina denominada Documentação jurídica. A Universidade Federal do Paraná oferece o curso de Gestão da Informação, que por sua vez oferece a disciplina obrigatória Fontes de Informação em Ciências jurídicas. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul oferece disciplina eletiva no curso de Biblioteconomia denominada Gestão de Sistemas de Informação Jurídica.

Barros (2007, p. 41) ainda comenta sobre a disciplina de Documentação jurídica na UFPa:

O objetivo da disciplina Documentação Jurídica, segundo o regimento do Curso de Biblioteconomia da UFPa, é fornecer aos discentes, subsídios teóricos e práticos capazes de identificar a especialização da documentação, com ênfase à documentação jurídica; identificar as bibliotecas e demais unidades de informação jurídica, propondo métodos alternativos para a ordenação de seus acervos informacionais e mostrar a evolução dinâmica da informação jurídica, propondo técnicas que facilitem sua imediata recuperação. Quanto à ementa, a disciplina encontra-se assim sumulada: documentação jurídica e garantia de direitos. O Processo legislativo. Tipos e estrutura dos documentos jurídicos, legislativos e normativos. Representação temática de documentos jurídicos. Representação descritiva de documentos jurídicos. Coleções e sistemas de documentos legislativos. Sistemas automatizados de informação legislativa.

Valentim (2002, p.122) coloca a importância da permanente atualização dos conhecimentos profissionais:

A educação continuada é base para uma profissão consolidada, assim como é base para um profissional competente. Para a profissão, porque é através dela que construímos seu *corpus* teórico-prático e, para o profissional, porque é através dela que aprendemos a aplicar esse mesmo *corpus* teórico-prático.

### **3.5 O bibliotecário jurídico e os eventos científicos**

Os eventos realizados nesta área ainda são pouco divulgados no Brasil, mas a alguns anos eles vem crescendo e dentre estes se destaca o Encontro Nacional de Informação e Documentação Jurídica ENIDJ que segundo Barros e Passos (2009 *apud* ORENGO, SEL e OHIRA, 1996):

representa um acontecimento de significância para os bibliotecários, analistas de sistemas, advogados e para todos os interessados no desenvolvimento da informação jurídica, reunindo em seus anais uma grande variedade de comunicações que vão desde a organização e controle do acervo, automação e desenvolvimento de bases de dados bibliográficos, indexação automatizada de documentos até o uso das novas tecnologias aplicadas à área jurídica.

### **3.6 Mercado de trabalho**

Com relação ao salário dos profissionais deste setor Silva (2005, p.24) comenta que “em termos financeiros, a atuação como bibliotecário jurídico demonstra ser uma das áreas mais rentáveis, como pode ser verificado em muitos concursos públicos realizados nos últimos anos.”

Grant & Acosta (2004, p. 5) mencionam que:

nos Estados Unidos, onde os bibliotecários jurídicos recebem bons salários. A cada dois anos, a AALL realiza uma pesquisa sobre salários. Na pesquisa de 2003, foi revelado que o salário médio anual varia em torno de US\$ 50,000 a US\$ 52,000. Se ocupar o cargo de chefia, o salário poderia chegar a US\$ 75,000.

Segundo Baptista *et al* (2007, p. 16):

O bibliotecário jurídico brasileiro é um desconhecido. Não existem dados estatísticos sobre quantos profissionais atuam nesse nicho de mercado, qual é a sua formação, quantos possuem dupla formação, quantos possuem cursos de pós-graduação, quais são as atividades que desenvolvem, quem é o seu empregador ou a sua faixa salarial.

Em síntese podem-se elencar as competências que os bibliotecários jurídicos devem possuir, o quadro n. 1 demonstra, claramente, essa situação, comparando-se as informações oriundas de estudos da *American Association of Law Libraries* e de Loureiro (2005):

<b>COMPETÊNCIAS DOS BIBLIOTECÁRIOS JURÍDICOS</b>	
<b>American Association of Law Libraries</b>	<b>Loureiro (2005)</b>
Prover e personalizar serviços de referência sobre tópicos jurídicos e também em relevantes tópicos não-jurídicos.	Fazer a leitura, selecionar e editar os atos normativos publicados nos Diários Oficiais e da Justiça da União, divulgando-os aos usuários no mesmo dia da publicação, antecipando-se à demanda. Para desenvolver este serviço com agilidade é necessário ser assinante do Diário Oficial Eletrônico publicado pela Imprensa Nacional; Criar e manter atualizado um sítio da Biblioteca na Internet e Intranet, no qual devem estar concentradas as pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência, bem como o acesso direto a outros <i>links</i> que contemplam assuntos correlatos e as normas de documentação da ABNT. Conferir credibilidade ao <i>site</i> e torná-lo atraente são tarefas que dependem de criatividade e competência técnica;
Avaliar a qualidade, autenticidade, acuracidade e o custo das fontes tradicionais e eletrônicas, e mostrar a importância delas para o cliente.	Selecionar sítios da Internet (portais de acesso gratuito ou pago) que veiculem conteúdos substanciais para o usuário; criar e disponibilizar os <i>links</i> de acesso a esses portais na página da biblioteca; Selecionar artigos de periódicos que comentam as atualizações legislativas e encaminhá-los aos usuários
Criar instrumentos de pesquisa e bibliográficos em Direito e tópicos correlatos.	Manter atualizado o catálogo de endereços eletrônicos de juízes, servidores e outros usuários para assegurar a disseminação da informação.
Auxiliar aqueles que não são advogados no acesso às leis dentro das diretrizes da American Bar Association's Model Code of Professional Conduct e outros códigos aplicáveis.	
Agregar conteúdo a variedade de recursos e sintetizar a informação para criar produtos personalizados para o cliente.	Sempre que possível, complementar uma informação com outra, agregando valor ao serviço. Por exemplo, ao informar a publicação de uma nova lei que altera dispositivo da CLT, informar também a redação anterior da norma, conferindo agilidade à pesquisa do usuário; Criar <i>links</i> para formação e comunicação de grupos de estudos jurídicos.
Monitorar as tendências em áreas específicas do Direito.	Promover a divulgação da produção intelectual interna do Órgão, dando destaque à iniciativa e estimulando a geração de novos conhecimentos.

Quadro 1: Competências dos Bibliotecários jurídicos.

Fonte: Baptista *et al*, 2007.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As discussões emergentes das características do profissional da informação contemporâneo servem para dar origem a reflexões pertinentes sobre seu perfil e a relevância de realizarem-se trabalhos onde ele possa estar inserido e destacar-se, dando neste sentido ênfase as suas atividades e competências. As funções do bibliotecário são importantes em qualquer área onde se busca informação organizada e de qualidade.

Do mesmo modo que não é possível mais se separar o trabalho do profissional do direito da informática, também se torna indispensável à presença do bibliotecário jurídico ao lado deste, para poder fornecer informações necessárias ao seu trabalho, promovendo assim o acesso, a disseminação e a usabilidade da informação, contribuindo neste contexto para o desenvolvimento de forma progressiva do conhecimento na área jurídica.

## **THE LIBRARIAN IN LEGAL CONTEMPORANEITY**

### **ABSTRACT**

Law librarianship is a professional who provides fast and secure access to legal information. The present work aimed at analyzing the profile of the Librarian in the setting of legal information, its role as mediator in this area that has enjoyed great growth and increasing importance. Specific objectives are sought to study the concepts of legal and Librarian in contemporary society. The methodology includes a literature review in the area of information science, particularly of legal information. The bibliography will be theoretical, through books, journals and electronic media. Subsidies are used as theoretical foundations of Atienza, and Passos Barros, without giving up the ideas of other authors who have works in this concentrated area of study. The results and conclusions, the research shows that the profile of the Librarian in this specialized sector has undergone several changes due to the constant input of new tools and needs in their workplace, especially in the last decade, this fact has grown steadily with the number of professionals who are updating and gaining essential new features to their formations.

Keywords: Librarian legal. Legal information. Characteristics. Contemporaneity.

### **REFERÊNCIAS**

ARRUDA, Guilhermina Melo; SILVA, Carla Maria da. A formação do profissional de biblioteconomia frente às novas tendências do mercado globalizado. **Encontros Bibli: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, n. 6, setembro de 1998. Disponível em: <<http://www.encontros-bibli.ufsc.br/eb6art3.html>>. Acesso em 10 set. de 2010.

ATIENZA, Cecília Andreotti. **Documentação jurídica: introdução a análise e indexação de atos legais**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

BAPTISTA, Sofia Galvão et al. O perfil do bibliotecário que atua na área jurídica, no Distrito Federal: relato de pesquisa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2007, Brasília. **Anais...** Belo Horizonte: Forum, 2008. 1 CD-ROM.

BARBOSA, Ricardo Rodrigues. Perspectivas profissionais e educacionais em biblioteconomia e ciência da informação. **Ci. Inf., Brasília**, v. 27, n. 1, p. 53-60, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://www.ibict.br/cionline/viewarticle.php?id=388&layout=abstract>>. Acesso: 01 set. 2010.

BARITÉ, Mário; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. **Guia metodológica para el acceso, el análisis y la organización temática de documentos jurídicos**. Montevideo: Universidad de la República, 1999.

BARROS, Lucivaldo. Fontes de informação jurídica. In: PASSOS, Edilenice (Org.). **Informação Jurídica: teoria e prática**. Brasília, DF: Thesaurus, 2004.

\_\_\_\_\_. O papel do bibliotecário na efetividade do direito constitucional à informação. **Senatus**, v. 7, p. 64-67, 2009.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre o ensino da documentação jurídica no Brasil: a experiência da disciplina no currículo do curso de biblioteconomia da UFPa. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO JURÍDICA, 2007, Brasília. **Anais...** Belo Horizonte: Forum, 2008. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_; PASSOS, Edilenice. **Fontes de informação para pesquisa em Direito**. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/livros, 2009.

BENÍCIO, Cristine Dantas; SILVA, Alzira Karla Araújo da. Do livro impresso ao e-book: o paradigma do suporte na biblioteca eletrônica. [S.l], **Biblionline**, v. 1, n. 2, 2005. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=13473>>. Acesso em: 25 ago. 2010.

CRESPO, I. M. *et al*. Educação continuada para bibliotecários: características e perspectivas em um cenário de mudanças. **Biblios**, n.24-26, jul./dec. 2006 p. 8

GRANT, Virginia; ACOSTA, Luis. Principles governing compensation of law librarians. **Report to legal management**, 2004. Disponível em: <[http://www.altmanweil.com/dir\\_docs/resource/7ad20fe2-5f27-46d9-8caed560e23e5f04\\_document.pdf](http://www.altmanweil.com/dir_docs/resource/7ad20fe2-5f27-46d9-8caed560e23e5f04_document.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2010.

INFOLEGIS. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br>>. Acesso em: 28 set. 2010.

LE COADIC, Yves-Francois. **A Ciência da Informação**. 2. ed. rev. atual. Brasília, DF: Brinquet de Lemos/livros, 2004.

LOUREIRO, Regina Célia Campagnoli. **A especialidade do Bibliotecário jurídico: bases para uma interação com o usuário operador do Direito**. [S.l], 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br/loureiro-especialidade.htm>>. Acesso em: 16 out. 2010.

LOPES, Roseana Regina Velho. Acesso a bases de dados em linha e em CD-ROM: algumas considerações sobre a sua implantação em países em desenvolvimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 20, n. 2, p. 217-219, jul./dez. 1991.

MARTINHO, Ana Maria. O bibliotecário jurídico: identidade e competências profissionais. In: Encontro Nacional de Bibliotecas Jurídicas, 1., 2004. **Anais...** Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2006.

OHIRA, Maria Lourdes Blatt *et al.* Profissional da informação jurídica: três décadas de produção bibliográfica. In: CIBERÉTICA E ENCONTRO NACIONAL DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA, 6., 1998. **Anais...** Florianópolis. Disponível em: <<http://www.ciberetica.iaccess.com.br/portugues/main.htm>>. Acesso em: 17 nov.2010.

OLIVEIRA, V.S. O Direito e as novas tecnologias da informação e comunicação. **Revista Jurídica Consulex**, v.13, n. 308, p.18-23, Nov. 2009.

PASSOS, Edilenice. **Bibliotecário jurídico, seu perfil, seu papel**. Disponível em:<<http://www.infolegis.com.br/perfilbibjuridico.htm>>. Acesso em: 16 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **O Futuro da Biblioteca Jurídica**. Brasília, DF: Infolegis, 2005. Disponível em: <<http://www.infolegis.com.br>> . Acesso em: 16 out. 2010.

PODBOY, Alvin. **React or die** : librarians must innovate to survive. Disponível em: <[http://www.lawtechnews.com/july00/library\\_administration\\_p34.html](http://www.lawtechnews.com/july00/library_administration_p34.html)>. Acesso em: 25 set. 2010.

REZENDE, Ana Paula. Centro de informação jurídica eletrônico e virtual. Ci. Inf. [online]. Brasília, v. 29, n. 1, jan./apr. 2000, p. 51-60. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 19 ago. 2010.

SILVA, Fabiano Couto Correa. **Bibliotecário especialista: guia de especialidades e recursos informacionais**. Brasília, DF: Thesaurus, 2005.

TARAPANOFF, Kira. **O profissional da informação no Brasil**. Brasília, DF: IEL, 1997

VALENTIM, Marta L. P. Formação: competências e habilidades do profissional da informação. In:\_\_\_\_\_ **Formação do profissional da informação**. São Paulo, SP: Polis, 2002